

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	11
1. A história das instituições como perspectiva da história jurídica ..	11
1.1. História das fontes, história da “dogmática”, história das instituições	11
1.2. O “legalismo” e o “idealismo”, pressupostos filosóficos das anteriores concepções historiográficas	12
1.3. Os fundamentos teóricos e filosóficos da “história das instituições”	16
1.4. A escola dos “Annales”	17
1.5. Linhas de força de uma história “institucional” ou “social” do direito	29
2. A função da história das instituições na formação dos juristas ...	29
2.1. Perspectiva histórica	34
2.2. O interesse actual da história das instituições	35
2.3. O interesse da história do direito para os cultores da história social	36
3. Periodização da história das instituições em Portugal	37
3.1. Pressupostos metodológicos	40
3.2. Periodização adoptada	50
4. Instrumentos de trabalho	53
5. Algumas normas de citação e utilização das fontes jurídicas	57
6. Breves indicações sobre técnicas de pesquisa de bibliografia e de fontes no domínio da história das instituições	59
II. PERÍODO PRIMITIVO	59
1. Introdução	60
2. Comunidades paleolíticas	61
3. Comunidades neolíticas e eneolíticas	66
4. Direitos primitivos	67
5. Bibliografia	69
III. PERÍODO ROMANO	69
1. Introdução	69
2. O imperialismo romano	70
3. A integração da Península no sistema imperialista romano. Exploração e organização económicas	72
4. Integração político-administrativa	78
5. Direito e prática jurídica	80
6. Bibliografia e fontes	

IV. PERÍODO FEUDAL. PROLEGÓMENOS DE TEORIA SOCIAL	81
1. Introdução	81
2. O sistema feudal	82
2.1. O feudalismo enquanto sistema jurídico-político	83
2.2. O feudalismo como sistema económico-social	88
2.2.1. A titularidade do processo produtivo	92
2.2.2. A apropriação e repartição do excedente	96
2.3. O direito no sistema feudal	101
V. PERÍODO FEUDAL INICIAL	107
1. Introdução. Sinopse do conspecto económico, social e político	107
2. Características fundamentais do sistema jurídico-político	107
3. Indicação da sequência	112
O REINO VISIGÓTICO	113
1. Introdução	113
2. Instituições sociais	113
3. Instituições políticas e administrativas	116
4. Fontes de direito e prática jurídica	120
7. Bibliografia e fontes	123
V.II. OS REINOS NEO-GÓTICOS OU DA RECONQUISTA	125
1. Introdução	125
2. Contexto económico e social	127
2.1. O monopólio feudal da terra	128
2.2. As concessões agrárias	130
2.3. Tipologia da situação jurídica da terra	133
2.4. O domínio senhorial	138
3. Governo e administração	142
3.1. O rei	143
3.2. Altos funcionários palatinos	147
3.3. A cúria régia	148
3.4. Administração local. Os territórios	149
3.5. Os concelhos	151
3.6. As terras senhoriais	154
3.7. Os meios de governo. A administração financeira	163
3.8. Circuito económico e circuito financeiro	167
3.9. Conclusão. A função geral do sistema político alto-medieval	169
4. O direito	171
4.1. O direito dos reinos da alta idade Média peninsular. Caracteres	171
4.2. O direito dos reinos da alta idade média peninsular. Características institucionais da prática jurídica	172

4.3. O direito dos reinos da alta idade média. Caracteres gerais do sistema jurídico	175
4.4. Fontes de direito	181
5. Bibliografia	183
VI. PERÍODO DO SISTEMA CORPORATIVO	187
1. Conspecto económico-social	187
1.1. Introdução. A crise do século XIV	187
1.2. A regulamentação jurídica da actividade económica	188
1.2.1. Formas e objectivos da regulamentação da actividade económica	188
1.2.2. As corporações de mesteres	195
1.2.3. Consequências dogmáticas	196
2. Conspecto político-institucional	199
3. A representação corporativa da sociedade	205
3.1. A irredutibilidade dos corpos e o anti-individualismo	206
3.2. A construção jurídico-dogmática dos corpos	212
4. A concepção corporativa na dogmática jurídica portuguesa dos séculos XVI a XVIII	216
4.1 A autonomia dos corpos inferiores	215
4.2. A hierarquias sociais	220
5. As cidades. Aspectos sociais, económicos e institucionais	230
5.1. A estrutura social do mundo urbano	231
5.2. A estrutura económica do mundo urbano	237
5.3. A estrutura administrativa do mundo urbano. A administração concelhia	243
5.3.1. A administração autónoma	243
5.3.2. A intervenção do poder central	251
5.4. A administração concelhia nos séculos XVI e XVIII	255
5.5. Autonomia concelhia e vida jurídica local	259
5.5.1. A-autonomia jurisdicional	263
5.5.2. Perspectivas sobre o mundo jurídico local	267
5.6. As finanças dos concelhos	280
6. Os senhorios	282
6.1. Evolução dos senhorios a partir do séc. XIV	282
6.2. Âmbito de poderes senhoriais	291
6.3. Importância relativa dos domínios senhoriais	297
6.4. Poderes administrativos e jurisdicionais dos senhores	300
7. O poder central. O rei	302
8. Os direitos dos súbditos e as limitações do poder real	310
8.1. A constituição como ordem natural e tradicional	311
8.2. O carácter concreto dos direitos dos súbditos	315
8.3. As limitações do poder	316
9. A administração central. Os tribunais da corte	332
9.1. Introdução	332
9.2. A "tipologia" dos assuntos	335

9.3. A matriz institucional básica	338
9.4. Linha de evolução	345
9.5. Organigrama da administração central	350
9.6. O processo burocrático da administração central	353
9.7. O Desembargo do Paço	357
9.8. Orientação bibliográfica	365
10. As cortes	367
10.1 O fundamento jurídico das cortes	370
10.2. Convocação, composição e funcionamento	377
10.3. O declínio das cortes	380
10.4. A teoria das cortes do Antigo Regime	382
11. A burocracia. Teoria do ofício público	384
11.1. A teoria feudal dos cargos públicos	385
11.2. A teoria do cargo público como função	394
11.3. O equilíbrio das teorias anteriores na doutrina portuguesa moderna acerca do ofício público	398
11.4. Os prenúncios do comissário	400
11.5. Bibliografia	403
12. A estrutura do ordenamento jurídico	403
12.1. Uma ordem jurídica particularista	404
12.2. Uma ordem natural-tradicional	414
12.3. Uma ordem jurídica particularista	426
13. O direito na baixa idade média. Caracteres gerais	428
13.1. Características institucionais da prática jurídica	429
13.1.1. Órgãos da justiça local	
a) Corregedores	429
b) Juizes de fora	432
13.1.2. Órgãos da justiça central	433
13.1.3. A presença de letrados no aparelho judicial baixo-medieval	435
14. A prática dogmática dos juristas na baixa idade média	439
14.1. A formação do "direito comum" e da sua ciência	440
14.2. Factores de unificação dos direitos europeus	442
14.2.1. A recepção do direito romano como direito subsidiário nos vários Estados e cidades medievais	442
14.2.2. A influência do direito romano na própria legislação local	450
14.2.3. A função do direito canónico renascido, ao constituir um limite à validade dos direitos temporais	450
14.3. A dogmática jurídica medieval	453
14.3.1. Factores de gestação	453
14.3.4.5. Conclusão	471
14.3.5. A crise do século XVI e as orientações metodológicas subsequentes	479
14.3.5.1. Pressupostos sócio-políticos e metodológicos	479
14.3.5.2. As escolas jurídicas tardo-medievais e modernas	484

15. A recepção do direito comum em Portugal: direito romano e direito canónico	489
16. O humanismo jurídico em Portugal	503
16.1. O tema da depuração histórico-filológica	505
16.2. O tema da racionalidade do direito e da liberdade interpretativa	506
16.3. Conclusão	510
17. A literatura jurídica seiscentista e setecentista	511
17.1. Introdução	511
17.2. O estado da prática jurídica na segunda metade do séc. XVI	511
17.3. Em busca da segurança: interpretação autêntica, reforma do ensino, praxística	514
17.4. Conclusão	517
17.5. Os generos da literatura jurídica dos séculos XVII e XVIII e a sua estrutura	518
18. Fontes de direito	524
19. Apêndice. Glossários básicos	531
20. Índice temático	545
21. Índice de autores citados	559
22. Índice sistemático	565